
TRADIÇÃO E CONSPIRAÇÃO: A ALT-RIGHT E O PENSAMENTO CONSPIRATÓRIO EM DEFESA DA NAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS

TRADITION AND CONSPIRACY. ALT-RIGHT AND CONSPIRATORY THINKING IN DEFENSE OF THE NATION IN THE UNITED STATES

DOI: 10.5380/cg.v%vi%i.83642

João Victor da Mota Uzer Lima¹

Resumo

Teorias conspiratórias são frequentemente recebidas com desprezo e escárnio, como resultantes de uma baixa escolaridade ou paranoia individual, no entanto, são frequentes em diferentes sistemas políticos. Nos Estados Unidos, da fundação das Treze Colônias até o Trumpismo, não faltam exemplos de momentos históricos envoltos em teorias conspiratórias. Ao final dos anos 2010, a chamada Alt-Right usou de teorias conspiratórias para apoiar a candidatura e a presidência de Donald Trump. Através de uma análise histórica política, o artigo procura demonstrar como marcos identitários estadunidenses, de origem puritana, sustentam uma forma conspiratória de pensar a política que é recuperada por grupos específicos em tempos de crise. O artigo conclui que a Alt-Right, em um contexto de crise institucional, utilizou da visão de mundo puritana colonial, cristalizada na Religião Civil estadunidense, para sustentar o discurso pela “salvação da América”, enxergando o campo político uma disputa explícita entre o “bem” e o “mal”.

Palavras-Chave: Estados Unidos; Direita Alternativa; Conspiração.

Abstract

Conspiracy theories are often viewed with contempt and derision as a result of low schooling or individual paranoia, but they are frequent in different political systems. In the United States, from the founding of the Thirteen Colonies to Trumpism, there is no lack of examples of historical moments shrouded in conspiracy theories. In the late 2010s, the so-called Alt-Right used conspiracy theories to support Donald Trump's candidacy and presidency. Through a historical-political analysis, the article seeks to demonstrate how American identity marks, of Puritan origin, support a conspiratorial way of thinking about politics that is recovered by specific groups in times of crisis. The article concludes that Alt-Right, in a context of institutional crisis, used the Puritan colonial worldview crystallized in American Civil Religion to support the discourse for “Saving America”, seeing the political field as an explicit dispute between the “good and evil”.

Keywords: United States; Alternative Right; Conspiracy.

1. INTRODUÇÃO

Conforme Oliver e Wood (2014, 963), em 2014, 51% dos estadunidenses acreditavam que o mundo era comandado por um pequeno grupo de pessoas, que o 11 de Setembro foi um trabalho interno e que Barack Obama não havia nascido nos Estados Unidos. Além:

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: joao_uzer@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3094-0592>.

Não apenas metade da população americana concorda com, pelo menos, uma conspiração de uma lista restrita de teorias de conspiração oferecidas, mas também grandes porções da população exibem uma forte inclinação a acreditar que existem forças intencionais invisíveis e que a história é dirigida por uma maniqueísta luta entre o bem e o mal, particularmente na alta proporção de americanos que acreditam que estamos vivendo no “fim dos tempos” bíblico (OLIVER; WOOD, 2014, 963).

Teorias conspiratórias são frequentemente recebidas com desprezo e escárnio, como resultantes de uma baixa escolaridade ou paranoia individual. No entanto, são igualmente frequentes em diferentes sistemas políticos. Conforme Oliver e Wood (2014, 963), deve-se ressaltar que este estilo de pensamento conspiratório revela como as pessoas compreendem eventos específicos e as tendências psicológicas de uma sociedade ou grupo para entender o mundo político. Para Joseph Uscinski (2017, 3), o pensamento conspiratório seria “uma explicação de eventos históricos, contínuos ou futuros que citam como principal fator causal um grupo de pessoas poderosas, os conspiradores, agindo em segredo para seu próprio benefício contra o bem comum.”

De acordo com Barkun (2003, p. 3), uma “indústria caseira de conspiração, com tramas cada vez mais complexas”, formou-se nos Estados Unidos ao longo dos anos 1960, após o assassinato de John F. Kennedy. Foi neste contexto que Richard Hofstadter utilizou o termo “estilo paranoico” para denominar uma forma de pensar política repleta de exagero, desconfiança e fantasia conspiratória. Hofstadter (1996) relacionou esta forma de ver a política com a direita dos anos 1960, reconhecendo traços conspiratórios nos discursos sobre a “perda de valores americanos” e denúncias de uma sabotagem do velho capitalismo competitivo por esquemas socialistas e comunistas.

Ao final dos anos noventa, as denúncias dos planos comunistas para dominação mundial deram lugar para os *illuminati* e, principalmente, para a “Nova Ordem Mundial” e a construção de uma ditadura global. Na ocasião dos atentados de 11 de Setembro, em 2001, Alex Jones publicou seu *Descent Into Tyranny*, no qual denunciava a existência de uma ordem secreta por trás de grandes acontecimentos históricos – da Roma de Nero até os terroristas contemporâneos. Em 2005 foi lançado o documentário *Loose Change*, no qual os ataques de 11 de Setembro são tratados como um trabalho interno da administração Bush. As afirmações feitas ao longo do documentário foram amplamente desmentidas pelo relatório da Comissão de 11 de Setembro, mas o vídeo chegou em primeiro lugar no Top 100 vídeos do Google e somou mais de 10 milhões de visualizações (KEEN, 2009, 68 – 69). Mais recentemente, a presidência de Donald Trump (2017 – 2021) foi pautada em teorias contra o aquecimento global, contra a legalidade das eleições e mais. Verifica-se que este estilo paranoico evidenciado por Hofstadter em meados dos anos sessenta ainda é presente, e mais, segundo o autor, é recorrente no país, vindo desde a fundação da nação uma série de inimigos internos e externos, figuras do “mal” encarnado.

Não faltam exemplos de momentos históricos estadunidenses envoltos em teorias conspiratórias. De fato, desde a fundação das Treze Colônias, até o Trumpismo – passando pelas Guerra da Independência, pela de Secessão e pelo assassinato de Abraham Lincoln – diferentes

teorias conspiratórias foram usadas para explicar momentos específicos da história. A luta contra o “mal no mundo”, a ameaça da “perda de valores americanos”, a promoção dos “valores da América”, e outros elementos apontados por Hofstadter como embasados por teorias conspiratórias na direita dos anos 1960 foram usados nos Estados Unidos como ferramenta política muito antes da “indústria caseira de conspiração”. E esta “predisposição” ao conspiracionismo nos Estados Unidos pode estar fundamentada na própria construção identitária do “ideal americano” e da “americanidade”. Conforme Erica Resende (2012, 272), a gênese do pensamento maniqueísta do “americano” contra o “não americano” (ou do “bem” contra o “mal”), que veio a ser institucionalizado na Guerra Fria e recuperado durante a Guerra ao Terror, está nas bases puritanas do período colonial. “O discurso de americanidade exige a reprodução da ideologia que o sustenta e lhe dá sentido específico: o puritanismo” (RESENDE, 2012, 272).

Este artigo procura demonstrar como a forma de pensar a política conspiratoriamente está presente em ícones e marcos identitários nacionais dos estadunidenses; e como o discurso da direita alternativa, na ocasião da eleição de Donald Trump, utilizou desta forma de pensar a política. Para isso, baseados principalmente nos trabalhos de Erica Resende e Robert N. Bellah, demonstramos como a visão de mundo puritana colonial foi secularizada, naturalizando ideais que podem ser compreendidas como pensamento conspiratório. E, através dos trabalhos de Teagan Hale e Daniel C. Hellinger, procuramos demonstrar como a direita alternativa usou do discurso conspiratório para colocar-se na posição de patriota, transformando a política numa guerra pela “alma da nação”, reproduzindo, adaptadamente, o discurso puritano pela salvação moral da comunidade.

Como afirmou Cass Sunstein (2010, 96), é tentador presumir que este comportamento conspiratório paranoico tem base em alguma patologia individual, mas trata-se de um efeito social que engloba comunidades inteiras e, conforme procuramos demonstrar, está arraigado na política estadunidense.

2. O PENSAMENTO CONSPIRATÓRIO E A “AMERICANIDADE”

Conforme demonstrou Erica Resende (2012), o discurso pela “americanidade” procurou naturalizar o puritanismo colonial através de práticas discursivas e políticas (internas e externas), articulando uma visão de mundo maniqueísta entre “bem” e “mal”. Na colônia puritana, a religião era o centro no qual os elementos da vida civil circundavam. A relação entre pessoal/individual e coletivo dava-se de forma peculiar. Se, por um lado, cada indivíduo era responsável pela sua própria salvação, pois “cada alma deveria prestar contas a Deus no Julgamento Final”, a comunidade exigia que todos se unissem num só grupo para restabelecer a aliança entre homem e Deus. Conforme Resende (2012), esta visão de mundo estava sustentada, principalmente, no livro bíblico do profeta Jeremias. O “jeremiada” tinha como princípio a lamentação do estado de degeneração do povo, a

exaltação a ações que assegurem a redenção e o alerta ao mal onipresente. No início do século XVII, os discursos puritanos enfatizavam a condição de povo eleito, e o projeto de construir uma “nova Canaã”, por uma “divina providência”. Nos Estados Unidos colônia, essa visão agia como instrumento de controle e mobilização social, sempre articulando os sentimentos de medo e esperança.

Foi este autoritarismo religioso que fundamentou a chamada caça às bruxas. De acordo com Marcus LiBrizzi (2003), no fim do século XX, cientistas políticos levantaram a hipótese de que os eventos em Salém tiveram um caráter político. A cidade era dividida em duas facções lideradas por duas famílias. Uma ficou marcada como sendo a vítima das bruxas, e a outra, como a praticante de bruxaria. Desta forma, os julgamentos de Salém marcariam um dos primeiros momentos em que o combate ao “mal” tornou-se uma ferramenta política nos Estados Unidos.

Segundo Resende (2012), após a independência, surgiu no senso comum dos estadunidenses a ideia de que a Inglaterra havia abandonado o seu papel, projetado por Deus, para com os povos do mundo. Por outro lado, o pensamento puritano imbuiu ao povo da (e na) “América” este papel. A Declaração de Independência afirma que todos os homens nascem iguais e possuem direitos básicos (dados pelo criador), como a liberdade e o direito de buscar a felicidade. A escolha pela independência, segundo o documento, residia na acusação de que o governo inglês buscava controlar ou destruir estes direitos. As referências religiosas e a compreensão do papel de agente divino dos “americanos” aparecem também no primeiro discurso presidencial em 1789. Estes são alguns dos elementos que, segundo Robert N. Bellah, fundamentam a existência de uma “Religião Civil”. De acordo com Bellah (2005), há desde os primeiros anos da república uma coleção de símbolos, crenças e rituais que consagraram e institucionalizaram uma coletividade. Os usos consecutivos de referências religiosas em pronunciamentos ou documentos oficiais não são simples cerimonialismo, mas indicam a continuidade da Religião Civil. Nem Washington, Adams ou Jefferson (três primeiros presidentes) mencionaram “Cristo” ou “Jesus” em seus discursos inaugurais, mas utilizaram diversas denominações para “Deus” (*God, Being in whose hands we are, Almighty Being who rules over the universe, Heaven* e mais). Conforme apresenta Resende (2012), a Religião Civil nos Estados Unidos não se trata de uma religião em sentido estrito, tampouco se trata de um patriotismo elevado à categoria de fé, mas trata-se de um discurso que mescla elementos religiosos e nacionalistas que balizou a noção de identidade nos Estados Unidos. Sendo esta Religião Civil construída a partir do puritanismo jeremiada e sua visão de mundo maniqueísta e de traços conspiratórios.

Os próprios mitos de fundação do país foram envoltos em diferentes teorias conspiratórias. Segundo Mark Hünemörder (2003), os colonos na América estavam dispostos a conceder ao Parlamento inglês o direito de arrecadar dinheiro das colônias, mas as pesadas medidas e subsequentes taxas estavam sobrepondo as tradições de autogoverno a que os colonos estavam acostumados. Segundo Hünemörder, as chamadas “leis intoleráveis” foram compreendidas como um esforço deliberado para sufocar a colônia economicamente, de forma que: “Em 1774, muitos

líderes coloniais proeminentes e moderados, incluindo Thomas Jefferson, George Washington, George Mason e John Dickinson, estavam convencidos de que as políticas inglesas eram deliberadamente planejadas para acabar com a liberdade política na América.” (HÜNEMÖRDER, 2003).

De acordo com Bellah (2005), a Religião Civil nos Estados Unidos consagrou os eventos da revolução pela independência, fazendo alusões ao Êxodo (como os antigos discursos puritanos) e tratando a Declaração de Independência e a Constituição como “Escrituras Sagradas”. No entanto, a consolidação destas esteve longe de ser consenso. Em linhas gerais, os debates acerca da redação da Constituição formaram dois grupos, os Federalistas e os Antifederalistas. De acordo com James Fisher (2003), os Federalistas propunham uma constituição nacional que substituísse as constituições estaduais. Por outro lado, os antifederalistas temiam que uma autoridade centralizada representasse um retrocesso aos tempos coloniais. Por fim, a Constituição foi aprovada, mas não sem emendas, sendo a *Bill of Rights* (as dez primeiras) as mais famosas. A primeira emenda garante a liberdade de expressão, de imprensa, de reunião e de credo; a segunda, o direito de ter e portar armas; a quarta defende a propriedade privada. Tanto a Constituição quanto a *Bill of Rights* foram, segundo Pedro Tota (2013), baseados na crença da liberdade do ser humano para escolher onde e como viver. Mas para Fisher, a *Bill of Rights* trata-se do resultado do medo antifederalista de uma conspiração federalista.

Ao longo do século XIX, a experiência democrática estendeu-se na criação da teoria do Destino Manifesto. De acordo com Demétrio Magnoli (1997), a teoria fundamentava-se em quatro pilares: a noção de segurança; a predestinação geográfica; a lei da gravitação político-geográfica e a difusão da liberdade. Este último, embebido na noção puritana de “povo eleito” cristalizada na Religião Civil, empregava na teoria um caráter virtuoso de missão para, nas palavras de Jonas Abreu, “estender essas instituições refazendo o mundo à sua imagem e a decisão de Deus de consagrar aos EUA à execução dessa missão” (ABREU, 2021, p. 75). A teoria, conforme salientou Abreu, não foi unanimemente aceita, principalmente no tocante a escravidão. Os debates para definir se os novos territórios seriam escravocratas ou não, além de instabilidade política, gerou diversas teorias conspiratórias. A Guerra Mexicano-Americana (1846 – 1848), segundo Rolando Avila (2003), foi vista por muitos de seus opositores como parte da Conspiração do Poder Escravo, um plano de oligarquias sulistas para expandir a escravidão para os novos territórios a partir de guerras, do qual próprio presidente James K. Polk faria parte.

Já no século XX, de acordo com Richards Hofstadter, as teorias viam forças ocultas, internas e externas, que tomavam a “América” dos americanos. Hofstadter sustentava que a direita estadunidense, a partir dos anos 1930, passou a apontar para uma perda dos valores americanos; uma sabotagem do velho capitalismo competitivo por esquemas socialistas e comunistas; e conspirações externas que destruíram a antiga independência nacional. O “inimigo” era, portanto, bem delimitado num “modelo perfeito de malícia, uma espécie de super-homem sinistro amoral,

onipresente, poderoso, cruel” (HOFSTADTER, 1964, p. 85). Para o autor, as bases do pensamento da direita estadunidense poderiam ser balizadas em três pontos:

1) Há uma conspiração sustentada, ocorrendo a mais de uma geração e atingindo seu clímax no *New Deal* de Roosevelt, para minar o capitalismo livre, para trazer a economia sob a direção do governo federal; 2) a alta autoridade do governo foi tão infiltrada pelos comunistas que a política americana, pelo menos desde os dias que antecederam *Pearl Harbor*, foi dominada por homens sinistros que estavam vendendo de maneira perspicaz e consistente os interesses nacionais americanos; 3) o país abriga uma rede de agentes comunistas, assim como antigamente, era infiltrada por agentes jesuítas, de modo que todo o aparato da educação, religião, imprensa e mídia de massa se engajava em um esforço comum para paralisar a resistência dos americanos leais. (HOFSTADTER, 1996, 25 – 26).

Na segunda metade dos anos de 1940, houve uma pressão do Partido Republicano ao Comitê de Atividades Não Americanas para promover investigações de casos de subversão no Partido Democrata. Era comum associar as reformas do *New Deal* ao comunismo (POGGI, 2012, p. 134). Havia, entre os republicanos, um movimento de descontentamento com as medidas do Partido Democrata, porém com um tom nostálgico. Um desejo de retornar aos tempos de ouro do livre mercado. Assim, houve um confronto entre a “velha guarda” e a “renovação”. Um novo conservadorismo começou a tomar forma (POGGI, 2008, p. 54), integrando políticos, intelectuais e personalidades em volta da crença de que haveria um plano em curso para destruir o capitalismo estadunidense.

Além, ao avançar da Guerra Fria, as bases que fundamentaram o Destino Manifesto (como a lei da gravitação político-geográfica e a difusão da liberdade) foram reaquecidas, e a “promoção da democracia e liberdade” tornou-se cada vez mais um ato “patriótico”. Bellah (2005) destaca o discurso de John F. Kennedy, de 1961, no qual o presidente afirma ter feito o juramento diante do povo e do “Deus Todo-poderoso”. O mesmo juramento que os “antepassados prescreveram há quase um século e três quartos.” De acordo com Kevin Coe e David Domke (2015), os discursos de Kennedy associavam “Deus” à “liberdade”. O mesmo ocorreu com Gerald Ford e Jimmy Carter nos anos 1970. Ao longo dos anos 1980 e início de 1990 – com Ronald Reagan e George W. H. Bush – as relações estabelecidas em discursos entre “Deus” e “liberdade” tomam “posturas proféticas”.

Já ao longo dos anos 1990, com Bill Clinton, as referências e citações foram mais comedidas. Segundo Coe e Domke, foi com George Walker Bush que as referências divinas se fizeram mais volumosas. Bush, ainda em campanha, articulava a Religião Civil e expressava a relação desta com o pensamento puritano jeremiada. Em seu discurso após derrotar John McCain nas primárias, Bush exaltou as gerações anteriores (em especial, Reagan e George W. H. Bush) como vencedores da Guerra Fria e acusou a atual geração (Clinton e Gore) de negligência para com o “destino” dos Estados Unidos. Em seu discurso de posse, recorreu ao passado (em determinado momento chega a citar Thomas Jefferson e a Declaração da Independência) e ao “espírito americano”, e ainda falou em “fé” na democracia e na promoção da liberdade como tarefa histórica dos Estados Unidos. O

internacionalismo de Bush, criticando a política externa de Clinton, procurava remontar a imagem de um mundo unipolar pós-Guerra Fria, no qual os Estados Unidos atuariam como liderança mundial. Quando anunciou que retiraria o país do Protocolo de Kyoto, Bush não o fez por negar a existência do aquecimento global ou por tratar o assunto como sem importância, mas sim por considerar o acordo “injusto”. Conforme Greg Kahn (2003), a administração Bush defendia que o tratado em si era falho e as exigências eram irrealistas, pois obrigavam os Estados Unidos a condições mais rígidas que as da União Europeia.

Em suma, embora o puritanismo tenha sido “secularizado”, suas bases foram naturalizadas nos ideais de “americanidade”. O juramento da bandeira sob a proteção de Deus, o feriado de Dia de Ação de Graças, o juramento diante da Bíblia em tribunais, o dizer *In God We Trust* nas cédulas de dólar são evidências da introdução de elementos religiosos na vida política. Ao mesmo tempo, verifica-se como o pensamento conspiratório esteve presente e foi articulado politicamente em elementos que vieram a ser consagrados pela Religião Civil estadunidense. Desta forma, o puritanismo atuou como pano de fundo ideológico dos marcos identitários que consolidaram a ideia de “nação americana” e de “americanidade”. Os ideais de “Farol do mundo”, de “Destino Manifesto” ou de “líder do mundo livre”, bem como a exaltação do passado míticos, da visão das primeiras gerações como exemplo e acusação de degradação moral das gerações atuais, estariam balizados na noção de América e Americanidade como “instrumentos da realização do desejo de Deus para a humanidade” (RESENDE, 2012, 270). Portanto, mesmo que a articulação da Religião Civil e a adoção das visões de mundo puritanas nela cristalizadas não impliquem necessariamente na adoção de um pensamento conspiratório, conforme argumenta Peter Knight (2003), o senso de excepcionalismo estadunidense, de “povo eleito” para cumprir uma missão de ordem divina, ajudou a promover a noção de que qualquer desvio desse destino deve ser o resultado de algum plano secreto arquitetado pelos inimigos (internos ou externos).

3. CONSPIRACIONISMO E A DIREITA ALTERNATIVA

Ao longo do século XXI, os Estados Unidos passou por diversas crises que abalaram a confiança pública no poder do Estado. O 11 de Setembro, as guerras do Afeganistão e do Iraque, a crise financeira de 2008 são exemplos. Dados da *Pew Research Center* (2021) apontam como a confiança no Estado decaiu de 40 pontos em outubro de 2001 para 19 em outubro de 2011. O governo Obama, que “havia deixado sua marca em milhares de pessoas que acreditavam na possibilidade de uma mudança real”, sofreu pela crise, pois o presidente “foi esmagado pela profundidade da crise e logo deixou de lado a maioria de suas promessas de campanha” (CASTELLS, 2017). Deste contexto, movimentos sociais e políticos emergiram, como o *Occupy Wall Street* e o *Tea Party Movement*. E

foi neste contexto de insegurança institucional que a direita estadunidense se reestruturou e deu força ao estilo paranoico.

Em julho de 2015 a *Pew Research Center* publicou uma pesquisa na qual afirmava que a imagem dos partidos políticos vinha em queda. A percepção sobre o partido democrata era mista, mas relativamente baixa. 47% dos estadunidenses responderam ter uma impressão desfavorável ao partido, enquanto 48%, uma resposta favorável. No partido republicano, essa diferença era mais acentuada, com 32% favoráveis e 60% desfavoráveis. Este descontentamento com o partido republicano estava presente dentro do próprio partido. Em 2011, enquanto eram maioria no congresso, 60% dos republicanos apoiavam o trabalho da liderança do partido, em 2015 esse número caiu para 41%. Ao final de 2015, o descontentamento com ambos os partidos subiu para o maior índice em ano eleitoral. Em 2000, 7% dos estadunidenses (independente de filiação política) demonstraram descontentamento com ambos os partidos; em 2004, esse número subiu para 10%; em 2008, para 12%; em 2012, 18%; e, por fim, em 2015, para 24% (PEW RESEARCH CENTER, 2015). Não havia consenso dentro dos próprios partidos. 27% dos democratas e 50% dos republicanos eram desfavoráveis à liderança de seus partidos. Neste contexto, a candidatura de “outsiders”, como Donald Trump, foi favorecida.

Antes mesmo de concorrer à Casa Branca, Trump fazia palanque político endossando teorias conspiratórias. Em 2007 apoiou a ideia de que a vacinação causava autismo, (HELLINGER, 2019). Por volta de 2010, passou a levantar a bandeira dos *birthers*. Quando a Casa Branca enfim publicou a certidão de nascimento de Obama, Trump foi além e ofereceu cinco milhões de dólares a quem pudesse fornecer uma cópia do pedido de inscrição de Obama na universidade. Em dezembro de 2013 chegou a sugerir que um oficial do estado havaiano havia sido assassinado para esconder a verdade (HELLINGER, 2019). Em campanha, afirmou diversas vezes que os Democratas roubariam as eleições. Anos depois, já presidente, declarou em tom de ironia: “longa e brutal onda de frio que poderia quebrar todos os recordes. O que aconteceu com o aquecimento global?”. Em novembro de 2018, Donald Trump respondeu com um “Eu não acredito” quando questionado sobre o relatório *National Climate Assessment* publicado no final daquele mês. Veículos da imprensa internacional – como *CNN*, *The Guardian* e *El País* – chamaram atenção para a forma como Trump desacreditou suas próprias agências governamentais. (MONGE, 2018).

Quando o presidente anunciou que sairia do Acordo de Paris, em 2017, mais de mil membros da Academia Nacional de Ciências assinaram uma declaração criticando a decisão do governo (DAVENPORT, 2018). Em entrevista ao *Associated Press*, em outubro de 2018, Trump reconheceu as mudanças climáticas, mas questionou a relação destas com a ação humana. Quando questionado sobre as descobertas científicas, Trump respondeu: “Você teria que me mostrar os cientistas porque eles têm uma agenda política muito grande”. E concluiu: “Alguns dizem isso e alguns dizem diferente, quero dizer que você tem cientistas de ambos os lados” (citado por CUMMINGS, 2018). Mas Donald Trump não estava sozinho nesta questão, de fato, esta posição veio de uma tendência.

Segundo pesquisas realizadas pelo *Yale Project on Climate Change* (LEISEROWITZ; MAIBACH; ROSER-RENOUF, 2010), em 2008 71% dos estadunidenses acreditavam que o aquecimento global era um fenômeno real, em 2010 este número caiu para 57%.

Em 2014 a *Pew Research Center* elaborou uma pesquisa junto da *American Association for the Advancement of Science* (AAAS) para delimitar o nível da confiança do cidadão estadunidense na ciência. A pesquisa concluiu que 79% dos adultos diziam que a ciência havia melhorado ou tornado a vida mais fácil para as pessoas, tendo uma opinião positiva do impacto e qualidade da ciência na saúde, alimentação e meio ambiente. 61% afirmaram que o investimento estatal é essencial para o progresso científico, e apenas 34% diziam que o investimento privado seria o suficiente. Ou seja, à primeira vista, verifica-se que o cidadão estadunidense não tinha uma visão propriamente negativa da ciência. No entanto, observando as opiniões acerca de temas específicos envolvendo a ciência e a produção científica, verificamos que embora o estadunidense dissesse ter confiança “na ciência”, exprimia uma desconfiança “no cientista”.

Quando questionados sobre a obrigatoriedade de vacinação infantil – para doenças como sarampo, caxumba, rubéola (MMR) e poliomielite – 68% dos estadunidenses disseram que todas as crianças deveriam ser vacinadas, e 30% disseram que a decisão deveria recair sobre os pais, entre os cientistas, a obrigatoriedade foi defendida por 86%. Sobre a ingestão de produtos transgênicos, embora 88% dos cientistas afirmassem não haver risco para a saúde, apenas 37% dos estadunidenses concordaram. De fato, 67% da população nem mesmo acreditava que os cientistas tinham entendimento dos efeitos da plantação de alimentos geneticamente modificados. Por fim, sobre o aquecimento global, 87% dos cientistas defendiam que o fenômeno estava sendo acelerado pela atividade humana. Apenas 50% dos estadunidenses concordavam, 25% afirmavam que não havia evidências para afirmar que a ação humana interferiria no fenômeno e 23% defendiam que o fenômeno seria acelerado por causas naturais.

Conforme a confiança estadunidense nas instituições decaía, Trump colocava-se como opositor da presidência de Obama pautando uma teoria conspiratória que defendia a existência de um “complô reunindo poderes mais ou menos ocultos das elites globais, capazes de falsificar a realidade para realizar seus próprios objetivos contra os interesses do bom povo americano” (EMPOLI, 2020). E, alegando defender os interesses dos “verdadeiros americanos”, Trump articulou a retórica do “nós” contra “eles”, tornando-se uma figura pública para quem os insatisfeitos, desconfiados e incrédulos sobre política puderam recorrer.

No entanto, a retórica de “nós” contra “eles” – de base jeremiada – em Trump não esteve balizada em visões neoconservadoras, como dos republicanos antecessores. Trump foi em campanha um crítico das políticas neoconservadoras e algumas das vozes mais proeminentes dentre os neocons não se sentiram adequados ao modo Trump de fazer política. Em alguns aspectos, Trump representou justamente o roubo da “verdadeira América”, como colocou Max Boot:

A guerra de Trump contra os imigrantes está fazendo com que eu não me sinta um americano “de verdade”. Cada vez mais eu me sinto como um judeu, um imigrante, um russo – qualquer coisa menos um americano normal. Talvez seja precisamente o que Trump e seus mais fervorosos apoiadores pretendem. (BOOT, 2018).

Com frequência, mesmo eleito, Trump atacou Hillary Clinton, Obama, agências de inteligência, o judiciário, a imprensa e mesmo a comunidade científica. Seu slogan “*Make America Great Again*” remontava aos anos dourados antes dos movimentos pelos direitos civis, dos direitos LGBT, do *Black Lives Matters*. Movimentos que – a exemplo dos observados por Hofstadter em sua década – são compreendidos como elementos que roubam a “América” dos “americanos” e que representam uma degradação moral da atual geração.

Entretanto, em sua política de “nós” contra “eles”, Trump reafirmou uma antiga antipatia da direita americana contra o “globalismo”. Mesmo que tenha abandonado a retórica pela luta pela liberdade, ele agia “como muitos no espectro neocon fazem há muito tempo, posicionando os Estados Unidos contra um mundo cruel e fetichizando a força bruta como resposta” (WERTHEIM, 2019). Consequentemente, promoveu-se uma cisão. Se uma parcela dos neocons reconheceu elementos totalitários em Trump e o negou devido a suas crenças, outra viu no espírito antiglobalismo Trumpista “um veículo para o poder” (WERTHEIM, 2019).

A velha guarda republicana está dividida entre trumpistas recentemente convertidos; indecisos que aguardam e acreditam que, se esperarem o suficiente, o pesadelo acabará; e uma facção subterrânea que aceitou sua impotência e está nela principalmente pelos contracheques (SHENK, 2019, 104).

Foi Richard Spencer que, em 2008, começou a veicular o termo “Direita alternativa” (*Alt-Right*). Spencer era editor da *The American Conservative*, revista liderada pelo conservador e diretor de comunicações da Casa Branca de Reagan, Pat Buchanan. Em 2010 Spencer fundou o www.AlternativeRight.com, e o sucesso abriu-lhe portas. Segundo May e Feldman (2019), Spencer foi convidado para assumir como editor-executivo da *Washington Summit Publishers*, uma editora nacionalista e supremacista branca. Em 2017 Spencer lançou o www.Alt-Right.com com pretensão de ser um *think tank* acadêmico com o propósito de promover “informações e discursos em apoio à civilização ocidental e chamar a atenção para a ameaça demográfica iminente da imigração em massa, que está a caminho de apagar completamente as culturas e os povos únicos do Ocidente.” (MARTINEZ, s/d) Nacionalista, Spencer procura a promoção de um país de apenas brancos e, embora admitindo que Trump não fossem propriamente um *Alt-Right*, ele [Spencer] viu na “presidência de Trump o primeiro passo em direção às políticas nacionalistas brancas nos Estados Unidos.” (MAY; FELDMAN, 2019). Mas a *Alt-Right* tornou-se um conceito mais amplo que o defendido por Spencer.

De acordo com Michaelsen e Orellana (2019), esta “nova direita alternativa” apresentou-se como um conjunto de ideias vinculadas por temas e suposições comuns. Atores políticos – teóricos

conspiratórios, movimentos sociais, grupos violentos, supremacistas raciais e mais – unidos por uma lógica política conspiratória e fantasiosa baseada na resiliência em defender os “verdadeiros valores americanos” e “ocidentais” supostamente em risco.

A resiliência age até como um fator unificador de suas autodefinições como patriotas politicamente resilientes como, por exemplo, Alex Jones, um comentarista de rádio influente e defensor dos direitos das armas que recomenda “preparação” aos seus ouvintes e lembra que “você é a resistência!” (MICHELSEN; ORELLANA, 2019, 271).

Alex Jones, desde os anos 2000 “alertava” o povo americano sobre o globalismo e sobre a “nova ordem mundial”. Em seu site *Infowars*, Jones reconheceu “o direito de portar armas como uma norma a ser protegida contra a invasão liberal” (MICHELSEN; ORELLANA, 2019) e afirmou que não existem tiroteios em escolas americanas, que o massacre na escola *Sandy Hook*, em 2012 – no qual vinte crianças foram assassinadas –, foi uma farsa criada para fortalecer as leis de controle de armas. Jones já endossou teorias de que uma elite vampiresca – que inclui os Clinton – pratica abusos infantis em rituais satânicos (D'ANCONA, 2018).

O discurso da *Alt-Right* sobre a democracia fundamenta-se na resiliência diante das notícias políticas e conhecimento disseminado através da mídia tradicional. Trump, quando em campanha, esteve no programa *Infowars* e descreveu a reputação de Jones como “incrível” (D'ANCONA, 2018).

Em 2 de dezembro de 2015, Trump apareceu ao vivo no programa de Alex Jones, onde falou, entre outras coisas, sobre seus comentários sobre as celebrações islâmicas radicais na América, e implicou que Jones e ele próprio são o mesmo tipo de pessoa [...] Mais tarde, Jones afirmou em várias ocasiões ter tido em contato com Trump, como uma conversa cara a cara sobre as supostas manipulações eleitorais. Trump, por sua vez, citou alegações feitas no *Infowars* em diversas ocasiões durante sua campanha presidencial, como a teoria de que o ISIS foi fundado por Hillary Clinton e Barack Obama [...] Jones influenciou tanto Trump que durante sua campanha, o então candidato incluiu links para *Infowars* em um e-mail para seus apoiadores. (EVIN, 2018, 30).

Conforme resumem Michelsen e Orellana (2019), a oposição fundamental do “nós” contra “eles” nesse contexto é baseada na insatisfação com um sistema traidor e entregue à “hegemonia da esquerda”. A democracia, portanto, precisa ser resgatada ou refeita a partir de valores “pré-esquerda” e “globalista”. Como colocou Empoli (2019, p. 77), “O conspiracionista propõe sempre uma mensagem lisonjeira. Ele compreende o raivoso, ele conhece sua ira e a justifica: OK, não é sua culpa, é dos outros, mas você ainda pode se corrigir e se transformar num soldado da batalha pela verdadeira justiça.” E sendo o “americano” o “povo eleito”, essa luta torna-se uma batalha entre o “bem” e o “mal”.

Em janeiro de 2002 um homem vestindo uma máscara de caveira invadiu um tradicional encontro anual de homens de negócios na *Bohemian Grove*, no nordeste da Califórnia. O homem, autointitulado Patriota Fantasma (*Phantom Patriot*), estava armado com dois rifles de assalto, uma pistola calibre 45, uma besta de caça, uma faca, uma espada e explosivos. Identificado como Richard

McCaslin, em sua defesa, o homem alegou ter invadido o local para pôr um fim nos sacrifícios humanos satânicos que aconteceriam nos encontros, expondo-os ao público. A ideia de invadir o encontro nasceu após assistir a um documentário na TV de acesso público. O documentário em questão era o Segredos Sombrios: Por dentro do *Bohemian Grove* (*Dark Secrets: Inside Bohemian Grove*), produzido por Alex Jones.

Em 2008, Jim Adkisson atacou uma igreja no Tennessee, deixando sete feridos. Adkisson posteriormente afirmou: “Ultimamente, tenho me sentido impotente em nossa guerra contra o terrorismo. Mas percebi que poderia enfrentar os aliados terroristas aqui na América. Os melhores aliados que eles têm – os democratas” (HALE, 2021). Em 2013, Paul Ciancia praticou um ataque ao Aeroporto Internacional de Los Angeles deixando dois mortos e três feridos. Alegou: “Não houve um ataque terrorista em 1º de novembro. Houve um patriota irritado tentando regar a árvore da liberdade” (HAMILTON, 2026). Eric Frain, que em 2014 atacou o quartel da Polícia Estadual da Pensilvânia deixando dois mortos, afirmou: “Nossa nação está longe do que é e do que deveria ser [...] Há tanta coisa errada e em tantos níveis, apenas passar por outra revolução pode nos trazer de volta as liberdades que um dia tivemos.” (ASSOCIATED PRESS, 2014). No mesmo ano, Jared Miller, com a ajuda de sua esposa, deixou sete mortos em Las Vegas. Disse: “Que os melhores homens de nossa amada nação resistam e lutem contra a tirania, sem medo e sem arrependimento [...] Não podemos falhar neste esforço da Liberdade [...] Eu, no entanto, prefiro morrer lutando pela liberdade, do que viver de joelhos como um escravo” (LAS VEGAS SUN, 2014).

Em 2015, no estado da Carolina do Sul, Dylann Roof invadiu a *Emanuel African Methodist Episcopal Church*, a mais antiga do gênero no sul dos Estados Unidos, e deixou nove mortos num ato de terrorismo doméstico. Autodeclarado supremacista branco e neonazista, Roof exibia a bandeira confederada em diversas fotos. Em 2017, o conselho da cidade de Charlottesville, na Virgínia, decidiu remover uma estátua do general confederado Robert E. Lee. A primeira reação foi da Ku Klux Klan, que fez uma manifestação em protesto contra a decisão. Mas meses depois, com a liderança de Jason Kessler, que se reconhece como uma “nacionalista branco” e *alt-right*, foi organizada a manifestação que viria a ser denominada como *Right United*. O movimento foi reconhecido como uma tentativa de unir diferentes grupos da extrema direita a fim de construir uma unidade em torno do presidente Trump. John Spencer durante a marcha, exclamou “Viva Trump, viva nossa gente, viva a vitória”. De acordo com Jim Acosta (2019), na manifestação o discurso predominante era de preservação da “história branca” e da “cultura europeia” que estaria sendo atacada pela esquerda cosmopolita e multicultural, pela “grande mídia”, e lideranças do Partido Democrata. Proliferaram-se teorias de que a “elite branca” facilita a imigração ilegal, pois se beneficia da mão de obra barata.

Essa visão de mundo conspiratória, exacerbando a Religião Civil, enxergou a “América” em risco e ganhou fôlego em um contexto de falência institucional e crise de representatividade política. Assim como o jeremiada colonial apontava para a degradação moral da atual geração como culpada

pelo fracasso da missão divina do “povo eleito”, esse discurso da direita alternativa reconheceu-se ameaçado (por políticas progressistas, imigração, crises econômicas, terrorismo) e, não tendo o Estado (ou confiança nele) para apagar suas preocupações, abraçou diversas teorias conspiratórias que justificavam a ineficiência e corrupção do Estado, como a *9/11 Truthers*, os *Birthers*, os *Anti-vax* e mais. No período eleitoral de 2016, sobram teorias de que a família Clinton havia ordenado dezenas de assassinatos, e que Obama tramava para minar o poder dos Estados Unidos e favorecer o México com imigrações ilegais em massa. Mas a teoria que ganhou mais notoriedade talvez tenha sido a *Pizzagate*.

Após o diretor do FBI revelar que estava reabrindo a investigação sobre o uso de um e-mail privado por Hillary Clinton quando era secretária de Estado, surgiu o rumor que alguns destes e-mails relatavam a existência de um círculo de pedofilia que tinha uma pizzaria em Washington como fachada. O rumor ganhou espaço em fóruns na internet, e os proprietários da pizzaria começaram a receber ameaças por telefone. O local chegou a ser invadido. Edgar Welch dirigiu da Carolina do Norte até Washington para resgatar crianças que ele acreditava estarem escondidas em túneis sob a pizzaria. Armado, por 45 minutos Welch procurou por cofres, quartos e túneis secretos. Quando foi preso ao sair do estabelecimento, disse que tinha lido que o lugar estava “abrigoando crianças escravas sexuais e que queria ver por si mesmo se elas estavam lá” e que “se rendeu pacificamente quando não encontrou nenhuma evidência”. Horas depois de ter sido preso, Welch foi desqualificado online sob a acusação de ser mais um “infiltrado” que mentia para encobrir a verdade.

De acordo com Pecequillo (2017), apresentando-se como um homem de negócios, sem amarras políticas, a retórica *Trumpista* se colocava como externa ao sistema político e culpava os outros – dentro e fora de casa – pelos problemas da “América”. A agenda da “América Primeiro” de Trump não era pautada num isolacionismo, mas sim num nacionalismo unilateral e negacionista. Enquanto a saída do Protocolo de Kyoto anunciada por Bush em 2001 (de orientação neoconservadora, trabalhando o “nós” contra “eles”) referia-se à inadequação dos termos do acordo, as políticas de Trump eram pautadas numa visão negacionista e conspiracionista. Trump embarcou nesta forma de pensar a política, tornando-se um símbolo, e endossou teóricos conspiratórios (direta e indiretamente) até depois de ser derrotado em 2020.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teorias conspiratórias não são resultantes de baixa escolaridade ou falhas intelectuais, são formas de pensar a política através de desconfiança generalizada nas instituições. São fenômenos sociais fundamentados na paranoia política. Conforme afirmou Hofstadter, esta forma de pensar a política é tradicional nos Estados Unidos desde a fundação da nação. E, além, como apresentou Resende, as bases que fundamentam este pensamento foram instauradas ainda no período colonial,

sendo posteriormente institucionalizadas e integradas na noção de “americanidade”. Diversas políticas de Estado foram adotadas em nome da “luta contra o mal na terra” ou em defesa do “povo eleito”. Desde Salém até o Trumpismo, a luta contra o inimigo imaginário (ou no mínimo exagerado), em nome da comunidade, povo ou nação, esteve presente na sociedade estadunidense, guiando políticas públicas através de elementos que poderiam ser interpretados como pensamento conspiratório.

Durante o século XIX, o Destino Manifesto – banhado na noção de “povo eleito” original do puritanismo – embutiu um valor moral positivo na promoção dos “valores americanos” no mundo. Durante a Guerra Fria, esse valor moral originário do Destino Manifesto foi ainda mais associado à promoção da democracia. Como evidenciado pelos discursos presidenciais, “Deus”, “democracia” e “liberdade” tornam-se conceitos quase indissociáveis na Religião Civil estadunidense. Por outro lado, ao mesmo passo que esta visão de mundo corroborou políticas expansionistas e imperialistas (já que, ao promover a “democracia” e os “valores americanos” no mundo, exerceriam a “vontade de Deus”), também reforçou o pensamento jeremiada conspiratório de vigilância moral, pois se o “povo eleito” falha em exercer sua “missão divina”, é por falha moral de seus próprios membros ou sabotagem do “inimigo”. Foi a partir desta lógica de desconfiança conspiratória que, de acordo com Fisher, criou-se a *Bill of Rights*; e que, de acordo com Hofstadter, emergiu um novo conservadorismo em oposição ao *New Deal*.

No Trumpismo e na direita alternativa, os ecos do jeremiada puritano reforçam a defesa da comunidade e da “americanidade” diante da degradação moral da atual geração. Ao longo do século XXI, em meio a crises internacionais, guerras, terrorismo, crises financeiras e mais, a segurança e confiança do estadunidense na política e no Estado decaiu. Trump atacou diretamente a “geração atual” ao desqualificar Obama e Clinton. Colocando-se como homem de negócios, conseguiu desvencilhar-se da classe política, acusando essa de ser responsável pela degradação atual da “América”. Seu slogan “*Make America Great Again*” exaltava as gerações anteriores como exemplo. Trump tornou-se um ímã para grupos descontentes com a política. Grupos abatidos por crises e desemprego viram em Trump uma opção. Ao mesmo tempo, grupos neonazistas, supremacistas e extremistas das direitas que se sentiam deixados de lado ou prejudicados por políticas progressistas implementadas por governos democratas liberais (numa visão conspiracionista de perseguição e fracasso), viram na figura de Trump um representante.

Nesse sentido, o pensamento conspiratório pode ser compreendido neste contexto como chave interpretativa usada por grupos específicos para justificar a degradação da atual geração. Estes grupos, em defesa da “nação” e do “povo eleito”, tornaram o campo político um campo de guerra cada vez mais literal, incentivando até mesmo o terrorismo doméstico, pois a “guerra contra a esquerda” tornou-se uma “guerra pela América”.

*Artigo recebido em 10 de novembro de 2021,
aprovado em 14 de março de 2022.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jonas. A teoria do Destino Manifesto: revisitando os ciclos da história americana e o governo Trump. **Conjuntura Global**, v. 10, n. 2, 2021.
- ACOSTA, Jim. **O inimigo do povo**. Rio de Janeiro : Harper Collins, 2019.
- ASSOCIATED PRESS. Eric Frein's letter to parents: 'The time seems right for a spark to ignite a fire'. **The Guardian**. 14 Nov 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2014/nov/14/eric-frein-pennsylvania-police-shooting-letter-parents>>
- BELLAH, R. N. Civil religion in America. **Daedalus**, v. 134, n. 4, p. 40-55. 2005.
- BOOT, M. **The Corrosion of Conservatism: Why I Left the Right**. Liveright Publishing. 2018.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar. 2017.
- COE, Kevin; DOMKE, David. Petitioners or prophets? Presidential discourse, God, and the ascendancy of religious conservatives. **Journal of Communication**, v. 56, n. 2, p. 309-330, 2006.
- CUMMINGS, W. 'I have a natural instinct for science,' President Trump says in newly released interview. **US Today**. Oct. 18. 2018. Disponível em: <https://www.usatoday.com/story/news/politics/onpolitics/2018/10/17/donald-trump-natural-instinct-science/1674336002/> [Acesso em: 15 out. 2021.]
- D'ANCONA. M. **Pos-Verdade**. Barueri: Faro Editorial. 2018.
- DAVENPORT, C. In the Trump Administration, Science Is Unwelcome. So Is Advice. **The New York Times**. Jun. 9. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/06/09/climate/trump-administration-science.html> [Acesso em: 15 out. 2021.]
- EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. Vestígio Editora. 2019
- EVIN, Š. **Alex Jones vs. the Globalists: Conspiracy Discourse in America Today**. Master's Diploma Thesis. Masaryk University Faculty of Arts. 2018
- HALE, Teagan. A Discursive Analysis of Far-Right Justifications for Violence: The Permeance of 'War on Terror'Discourses in Civilian Spaces. 2021.
- HAMILTON, Matt. LAX shooter's plea agreement reveals he did not consider himself a terrorist, but a 'patriot'. Los Angeles Times. Sept. 1, 2016. Disponível em: <<https://www.latimes.com/local/lanow/la-me-ln-lax-shooter-guilty-plea-20160901-snap-story.html>>
- HELLINGER, D. C. Conspiracies and conspiracy theories in the age of Trump. **Springer**. 2018.
- HOFSTADTER, R. **The Paranoid Style in American Politics, and others Essays**. Cambridge massachusetts: Harvard University Press. 1996.
- HÜNEMÖRDER. M. American Revolution in: KNIGHT, Peter (Ed.). **Conspiracy theories in American history: An encyclopedia**. Abc-clio. 2003.
- KAHN, Greg. The fate of the Kyoto Protocol under the Bush Administration. **Berkeley J. Int'l L.**, v. 21, p. 548, 2003.

KEEN, Andrew. **O culto ao amador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

LAS VEGAS SUN. A look inside the lives of shooters Jerad Miller, Amanda Miller. Las Vegas Sun. June 9, 2014. Disponível em: <<https://lasvegassun.com/news/2014/jun/09/look/>>

LEISEROWITZ, A.; MAIBACH, E.; ROSER-RENOUF, C. **Climate change in the American Mind: Americans' global warming beliefs and attitudes in January 2010**. Yale University and George Mason University. New Haven, CT: Yale Project on Climate Change. 2010.

LIBRIZZI, M. Salem Witch Trials. In: KNIGHT, Peter (Ed.). **Conspiracy theories in American history: An encyclopedia**. Abc-clio. 2003.

MAGNOLI, Demétrio. O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora Moderna, 1997.

MARTINEZ, B. **Who We Are**. Alt-right.com. Disponível em: <https://alt-right.com/who-we-are/> [Acesso em: 15 out. 2021.] s/d.

MAY, R; FELDMAN, M. Understanding the Alt-Right. Ideologues, 'Lulz' and Hiding in Plain Sight. In: FIELTIZ, Maik; THURSTON, Nick (org.) **Post-Digital Cultures of the Far Right**. Online Actions and Offline Consequences in Europe and the US. Verlag, Bielefeld: Transcript. 2019.

MICHELSEN, N; ORELLANA, P. Discourses of resilience in the US alt-right. **Resilience**, VOL. 7, NO. 3, 271–287. 2019.

MONGE, Y. Trump sobre relatório climático do seu Governo: “Não acredito”. **El País**. 27 de nov.2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/internacional/1543283242_634443.html> [Acesso em: 15 out. 2021.]

PECEQUILO, C. Os Estados Unidos de H. Bush a Donald J. Trump (1989/2017): dinâmicas políticas de consenso e polarização. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 24, n. 38, p. 339-359. 2017.

PEW RESEARCH CENTER. GOP's Favorability Rating Takes a Negative Turn. July 23, 2015 Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/politics/2015/07/23/gops-favorability-rating-takes-a-negative-turn/>>

PEW RESEARCH CENTER. Public and Scientists' Views on Science and Society. January 29, 2015. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/science/2015/01/29/public-and-scientists-views-on-science-and-society/>>

PEW RESEARCH CENTER. **Public Trust in Government**: 1958-2021. May 17. 2021. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/politics/2021/05/17/public-trust-in-government-1958-2021/> [Acesso em: 15 out. 2021.]

POGGI, Tatiana Silva. *Neofascismo em cena: o avanço conservador norte-americano e o caso da National Alliance*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

RESENDE, E. **Americanidade, puritanismo e política externa**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2012

SHENK, T. Right Privilege Conservatism in the Age of Trump. **Dissent**, Volume 66, number 1, Winter. pp. 104 – 117. 2019. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/714313>> [Acesso em: 15 out. 2021.]

SUNSTEIN, Cass. **A era do radicalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

TOTA, Antonio Pedro. **Os americanos**. Editora Contexto, 2013.

WERTHEIM, S. Return of the Neocons. **NYR Daily**. January. 2019. Disponível em:
<<https://www.nybooks.com/daily/2019/01/02/return-of-the-neocons/?printpage=true>> [Acesso em: 15 jun. 2021.]